

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO E GÁS II S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016

DSB SERVIÇOS DE ÓLEO E GÁS II S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
DSB Serviços de Óleo e Gás II S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DSB Serviços de Óleo e Gás II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DSB Serviços de Óleo e Gás II S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Imposto de Renda e Contribuição social diferidos

A Coligada Brasbunker Participações S.A. possui os montantes de R\$ 183.778 mil e R\$ 217.048 mil (Controladora e consolidado), respectivamente, registrados nas Rubricas "Imposto de Renda" e "Contribuição Social diferido", cuja realização depende de eventos futuros. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

#### Operações com partes relacionadas

A Coligada Brasbunker Participações S.A. possui operações de "Contas a Receber e a Pagar" com partes relacionadas em montantes significativos de R\$ 46.283 mil e R\$ 21.781 mil, respectivamente. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daqueles obtidos em operações com partes não relacionadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.



## Debêntures conversíveis em ações

A Coligada Brasbunker Participações S.A., emitiu debêntures conversíveis, no montante de R\$ 526.175, com vencimento para 19 de novembro de 2030. A Administração da Companhia manifestou interesse pela conversibilidade das debêntures em ações, e sendo instrumento patrimonial, foi reclassificada do passivo não circulante para o patrimônio líquido, após a concordância de todos os debenturistas pela antecipação do prazo. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas de forma comparativa, foram por nós examinados, sobre os quais emitimos relatório de auditoria, datado de 8 de junho de 2017, contendo ênfase referente a operações com partes relacionadas relevantes.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2017.

# DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente caixa	5	1	1	Passivos financeiros ao custo amortizado	10	-	24.896
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	6	32	926	Passivos fiscais		2.054	1.078
Empréstimos e recebíveis	7	17.347	-	Outros passivos		60	60
Impostos a recuperar	8	3.967	3.514			<u>2.114</u>	<u>26.034</u>
Outros ativos		637	1.773	<b>Não circulante</b>			
		<u>21.984</u>	<u>6.214</u>	Partes relacionadas	11	5.407	4.555
						<u>5.407</u>	<u>4.555</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	9	333.088	364.721	Capital social	12	40.894	38.239
		<u>333.088</u>	<u>364.721</u>	Reservas de capital		368.212	344.317
				Ajuste de avaliação patrimonial		94.050	75.734
				Prejuízos acumulados		(155.605)	(117.944)
						<u>347.551</u>	<u>340.346</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>355.072</u></u>	<u><u>370.935</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>355.072</u></u>	<u><u>370.935</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

## Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por ações)

	Nota	2016	2015
Despesas operacionais			
Despesas operacionais	14	(343)	(306)
Despesas tributárias		(997)	(1.086)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(98.866)	(34.498)
Outras despesas	15	(76.959)	(70.745)
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(177.165)</u>	<u>(106.635)</u>
Receitas financeiras	16	142.617	23.857
Despesas financeiras	16	(3.113)	(21.677)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		<u>(37.661)</u>	<u>(104.455)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	-	-
Prejuízo Líquido do exercício		<u><u>(37.661)</u></u>	<u><u>(104.455)</u></u>
Prejuízo Líquido por ação (R\$ mil)		<u><u>(0,07)</u></u>	<u><u>(0,23)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	2015	2014
Prejuízo Líquido do exercício	<u>(37.661)</u>	<u>(104.455)</u>
Outros resultados abrangentes:		
Ajustes de avaliação patrimonial	18.316	80.981
	<u>(19.345)</u>	<u>(23.474)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	22.906	206.145	(5.247)	(13.489)	210.315
Aumento de capital	15.333	138.172	-	-	153.505
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	80.981	-	80.981
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(104.455)	(104.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.239	344.317	75.734	(117.944)	340.346
Aumento de capital	2.655	23.895	-	-	26.550
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	18.316	-	18.316
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(37.661)	(37.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.894	368.212	94.050	(155.605)	347.551

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DSB SERVIÇOS DE ÓLEO & GÁS II S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(37.661)	(104.455)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros incorridos	-	22.016
Resultado de equivalência patrimonial	98.866	34.498
Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado	98.866	(47.941)
Aumento nos ativos/(passivos) operacionais		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados	894	(261)
Empréstimos e recebíveis	(17.347)	281.607
Impostos a recuperar	(453)	(3.514)
Outros ativos	1.135	(1.769)
Caixa líquido consumido provenientes das atividades operacionais	45.434	228.122
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos em coligadas	(48.916)	(135.030)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(48.916)	(135.030)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Passivo financeiro ao custo amortizado	(24.896)	(251.730)
Partes Relacionadas	852	4.555
Passivos fiscais	976	523
Outros passivos	-	40
Aumento de capital	26.550	153.505
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	3.482	(93.107)
Redução de caixa e equivalente de caixa	-	(15)
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	16
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1	1
Redução de caixa e equivalente de caixa	-	(15)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

Em 17 de setembro de 2012, foi constituída a DSB Serviços de Óleo e Gás II S.A. (anteriormente denominada BTG Pactual Oil & Gás II Empreendimentos e Participações S.A.), (“Companhia”), que tem como objeto social a participação em empreendimentos econômicos, especialmente no capital social de empresas voltadas para a atividade marítima de afretamento, armação, operação e reparação em embarcações em geral, navegação de longo curso, cabotagem, apoio e gerenciamento marítimo, transporte de graneis líquidos, incluindo operação de cargas e descargas de navios e terminais de produtos de petróleo e seus derivados, construção e reparação de embarcações em geral, bem como serviços de proteção ambiental em portos e estaleiros. A Companhia está sediada na Praia de Botafogo, 228, sala 1103, Bloco A, CEP 22250-906, na cidade e estado do Rio de Janeiro.

Em 30 de setembro de 2015, diante da grave crise financeira que afetou seus investimentos, e com o interesse em recuperá-los, a Companhia vendeu, mediante aporte em moeda corrente, seu controle acionário para a Oprime LLC, Companhia indiretamente controlada por Fábio Carvalho, investidor com ampla experiência em gestão de empresas em crise financeira e operacional. Concomitante a venda de seu controle acionário, a Companhia aportou novos recursos na Brasbunker Participações S.A., e passou a compartilhar seu controle, mediante participação paritária com a antiga controladora Rio Alva, e a atuar de forma cooperativa para a implementação eficiente medidas necessárias para sua recuperação econômica e financeira, que incluíram a repactuação das debêntures privadamente emitidas pela Brasbunker S.A. em condições pré-determinadas, de forma definitiva e vinculante.

Em 01 de agosto de 2016, a Companhia realizou uma reorganização societária, por meio da qual a Principal DSB Serviços de Óleo e Gás S.A. (“DSB I”) e o FIP Brasil Óleo e Gás (“FIP BOG”), gerido pela Valora Gestão de Investimentos Ltda., realizaram a permuta de parcela de suas participações societárias na Companhia e na DSB I, respectivamente, e passaram a ser titulares de participação societária direta na Companhia.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 12 de julho de 2017, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e dos resultados da Companhia.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com o CPC requer que a administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

## 2.4. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

## 2.5. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

### 3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são depósitos bancários de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### b. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Reconhecimento inicial e mensuração

##### (i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

##### (ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos as transações, exceto nos casos quando os ativos e passivos estão avaliados ao valor justo no resultado.

##### (iii) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes;
- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento;
- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Os juros de instrumentos financeiros avaliados a valor justo no resultado são registrados em "Receitas financeiras".

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Baixa de ativos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- a. O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido.
- b. Houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
  - Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo;
  - Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

Quando a Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, é reconhecido na medida do envolvimento contínuo da Companhia no ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados com base a refletir os direitos e obrigações retidas pela Companhia.

#### Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos;
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do input.

#### Redução ao valor recuperável dos instrumentos financeiros (Impairment)

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda. O valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões e não são reconhecidas perdas esperadas em eventos futuros. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e coletivamente e são reconhecidas no resultado do exercício.

As principais evidências de perdas para ativos financeiros são o declínio significativo do valor justo de qualquer valor mobiliário e de forma prolongada, não cumprimento de cláusulas contratuais seja pelo atraso do valor principal ou juros, deterioração na capacidade de pagamento e da performance operacional, quebra de covenants, mudança significativa no mercado de atuação da contraparte e redução de liquidez do ativo devido a dificuldades financeiras do credor.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução do valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para a Companhia. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a redução ao valor recuperável foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

c. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

d. Investimentos em coligadas

Investimentos em empresas coligadas e empresas com controle compartilhado incluem empresas sobre as quais a Companhia possui influência significativa nas políticas operacionais e financeiras e empreendimentos controlados em conjunto, e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas é reconhecida no "Resultado de participação em coligada" e a movimentação das reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas empresas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida em outros resultados abrangentes.

e. Ágio ou deságio

O ágio ou deságio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido.

O ágio e o deságio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da entidade adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

O deságio é contabilizado no grupo de investimentos para coligadas e controladas em conjunto, e no resultado de exercícios futuros, para controladas, lá permanecendo até que o investimento seja realizado.

f. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, com a exceção de:

- Aqueles cuja intenção é vender imediatamente ou no curto prazo e aqueles designados inicialmente como ao valor justo por meio do resultado;
- Aqueles designados inicialmente como disponíveis para a venda;

- Aqueles cujo valor total do investimento não será substancialmente recuperado, exceto por motivo de deterioração de crédito.

Após a mensuração inicial, os montantes de empréstimos e recebíveis serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável.

#### Obrigações por empréstimos

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata dia" com base na taxa efetiva das operações.

#### g. Outros ativos/passivos

Outras contas a receber/pagar estão demonstradas pelo custo menos provisão créditos de liquidação duvidosa, que se aproxima do valor justo dada a sua natureza de curto prazo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de coletar todas as quantias devidas de acordo com as condições iniciais do recebível.

#### h. Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240.000 e de 9% para contribuição social, sobre a base determinada conforme acima.

#### i. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

#### j. Reconhecimento de receitas e despesas

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4. Gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamentos de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

##### a. Risco de mercado

O gerenciamento de risco da Companhia é efetuado através de testes de estresse, em que diversos cenários vislumbrados para o comportamento dos mercados são devidamente simulados, o que permite a identificação dos principais componentes do risco a serem neutralizados.

Adicionalmente, todas as contrapartes são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento. Aspectos de natureza qualitativa são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito.

##### b. Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição de ativos financeiros estavam concentrados no Brasil, no setor bancário.

##### c. Análise de liquidez de ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira da Companhia pode ser reduzida. Nesses casos, a Companhia pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira. Além disso, tais circunstâncias podem forçar a Companhia a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, a Companhia pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se a Companhia apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto que o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado.

Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes da Companhia poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo sua condição financeira e aumento o risco de crédito da Companhia a elas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro 2016 e 2015  
(Valores expressos milhares de Reais)

De acordo com sua política, a Companhia monitora regularmente a posição de liquidez. A tabela a seguir resume a expectativa de fluxos de caixa descontados para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e fluxos de caixas descontados contratuais para outros ativos do balanço, para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016				Total
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	1	-	-	-	1
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	32	-	-	32
Empréstimos e recebíveis	-	-	17.347	-	17.347
Outros ativos	-	4.604	-	-	4.604
Investimentos em coligadas	-	-	-	333.088	333.088
<b>Total do ativo</b>	<b>1</b>	<b>4.636</b>	<b>17.347</b>	<b>333.088</b>	<b>355.072</b>

  

	2015				Total
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	1	-	-	-	1
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	-	926	-	-	926
Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	5.287	-	-	5.287
Investimentos em coligadas	-	-	-	364.721	364.721
<b>Total do ativo</b>	<b>1</b>	<b>6.213</b>	<b>-</b>	<b>364.721</b>	<b>370.935</b>

d. Risco de liquidez de passivos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o quadro a seguir apresenta o fluxo de caixa contratual descontados para os passivos.

	2016				Total
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Passivo					
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	5.407	-	5.407
Passivos fiscais	2.054	-	-	-	2.054
Outros passivos	-	60	-	-	60
<b>Total do ativo</b>	<b>2.054</b>	<b>60</b>	<b>5.407</b>	<b>-</b>	<b>7.521</b>

  

	2015				Total
	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Passivo					
Passivos financeiros ao custo amortizado	24.896	-	4.555	-	29.451
Passivos fiscais	1.078	-	-	-	1.078
Outros passivos	-	60	-	-	60
<b>Total do ativo</b>	<b>25.974</b>	<b>60</b>	<b>4.555</b>	<b>-</b>	<b>30.589</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro 2016 e 2015  
(Valores expressos milhares de Reais)

---

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Banco conta movimento		
Banco BTG Pactual S A	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

O saldo dessa rubrica refere-se, principalmente, a depósitos no Banco BTG Pactual S.A.

## 6. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica é composta exclusivamente por operações compromissadas de renda fixa emitidas pelo Banco BTG Pactual S.A. com vencimento em 07 de junho de 2016, indexados ao CDI, com saldo de R\$32 (R\$926 em 2015).

## 7. Empréstimos e recebíveis

Em 07 de outubro de 2015, a Companhia assinou o Acordo de Investimentos que previa a reestruturação societária da Brasbunker Participações S.A. e a repactuação das debêntures privadas emitidas pela Brasbunker Participações S.A. até a data do respectivo documento, as debêntures da 1ª até a 29ª emissões, nas novas condições estabelecidas nas 31ª a 35ª emissões, integralizadas via transferência das antigas debêntures, e segmentadas nas séries A, B e C.

Durante o exercício de 2015, a Brasbunker Participações S.A. manifestou interesse pela conversibilidade das respectivas debêntures em ações, e sendo instrumento patrimonial, foi reclassificada do passivo não circulante para o patrimônio, após a concordância de todos os debenturistas pela antecipação do prazo de vencimento das debêntures.

Em 01 de agosto de 2016, como parte de sua reorganização societária, a Companhia adquiriu 23.535 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 32ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo A, e 86.252 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 32ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo B, da Lazarus Administração e Participações Ltda. ("Lazarus"), 11.396 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 33ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo B, da K.M.I.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. ("KMISPE"), e alienou 72.267 debêntures emitidas através do Instrumento Particular de Escritura da 33ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, da série única do Tipo C, para a Lazarus.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro 2016 e 2015  
(Valores expressos milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2016, essa rubrica é composta pelos juros acruados das debêntures, no valor total de R\$17.347.

## 8. Impostos a recuperar

	2016	2015
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)	1.828	1.614
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.602	1.426
Outros	537	474
	<u>3.967</u>	<u>3.514</u>

## 9. Investimentos em coligadas

A Brasbunker Participações S.A. é uma sociedade anônima fechada que explora, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, as seguintes atividades: transporte marítimo de petróleo e seus derivados e seus ativos relacionados, prestação de serviço de navegação de apoio marítimo e seus ativos relacionados, prestação de serviços de consultoria, prevenção ambiental e combate à poluição, relacionados ao derramamento de petróleo, seus derivados e produtos químicos, comercialização de produtos e equipamentos de combate à poluição decorrente do vazamento de petróleo, seus derivados e produtos químicos e seus ativos relacionados, construção, manutenção e reparação de embarcações e seus ativos relacionados e atividade de robótica.

2016						
Grau de Relação	Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	
Brasbunker Participações S.A.	Coligada	1.684.519	1.306.461	378.058	(197.732)	50

2015						
Grau de Relação	Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	
Brasbunker Participações S.A.	Coligada	1.818.081	1.376.755	441.326	(68.996)	50

Movimentação do Investimento - 2016					
	Saldo em 2015	Resultado de participação	Aquisição de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2016
Brasbunker Participações S/A	220.608	(98.866)	48.916	18.316	188.975
Ágio na aquisição de participação	144.113	-	-	-	144.113
	<u>364.721</u>	<u>(98.866)</u>	<u>48.916</u>	<u>18.316</u>	<u>333.088</u>

Movimentação do Investimento - 2015					
	Saldo em 2014	Resultado de participação	Aquisição de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2015
Brasbunker Participações S/A	32.105	(34.498)	142.020	80.981	220.608
Ágio na aquisição de participação	50.019	-	94.094	-	144.113
	<u>82.124</u>	<u>(34.498)</u>	<u>236.114</u>	<u>(131.565)</u>	<u>364.721</u>

10. Passivo financeiro ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica é composta por debêntures emitidas pela Companhia, no montante de R\$24.896, com vencimento em 22 de agosto de 2016, indexado ao CDI + 2% a.a.

11. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha transações com a Oprime LLC no montante de R\$ 5.407 (R\$ 4.555 em 2015), com vencimento em 21 de janeiro de 2021, indexados ao CDI + 4% a.a.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social e reserva de capital

Em Assembleia geral extraordinária realizada em 01 de agosto de 2016, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$2.655 mediante a emissão de 89.079 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela DSB I mediante assunção de dívida, perfazendo o preço de emissão global no valor de R\$ 26.550, sendo R\$2.655 destinados à conta de capital social, e R\$23.895 destinados à conta de reserva de capital.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$ 40.894 (R\$38.239 em 2015), totalmente integralizado, representado por 538.722 (449.643 em 2015) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais.

b. Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. Em função do prejuízo acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve constituição de reserva legal.

c. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro.

Composição acionária da Companhia:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro 2016 e 2015  
(Valores expressos milhares de Reais)

Acionistas	Ações	ação (R\$)	Valor ação (R\$)	%
Oprime	340.480	0,65	219.657	63,20%
FIP BOG	90.505	0,65	58.388	16,80%
DSB I	107.737	0,65	69.505	20,00%

13. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

14. Despesas operacionais

As despesas operacionais da Companhia, referem-se, basicamente, à repactuação das debêntures privadas emitidas pela Brasbunker Participações S.A., incluindo publicações, CETIP e escritórios de advocacia.

Em 31 de dezembro de 2016, as despesas operacionais totalizaram R\$ 343 (R\$ 306 em 2015).

15. Outras despesas

O saldo da Rubrica "Outras despesas" é composto pelo valor de R\$ 76.959 (R\$ 70.745 em 2015) referente a baixa por alienação com prejuízo de parte das debêntures privadas reemitidas pela Brasbunker Participações S.A., e posteriormente vendida à Companhia Lazarus Administração e Participações S.A. O restante do valor de outras despesas é decorrente da baixa dos juros acruados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro 2016 e 2015  
(Valores expressos milhares de Reais)

## 16. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receitas financeiras		
Posição Bancada - Debêntures	82	691
Renda de títulos - Debêntures	20.905	1.149
Receita de reemissão de debêntures	121.183	22.016
Outros	447	1
	<u>142.617</u>	<u>23.857</u>
Despesas financeiras		
Despesas de debêntures	(2.259)	(21.506)
Despesas de empréstimos no exterior	(852)	(155)
Outros	(2)	(15)
	<u>(3.113)</u>	<u>(21.677)</u>
	<u>139.504</u>	<u>2.180</u>

As receitas financeiras referem-se aos juros remuneratórios das operações compromissadas de renda fixa emitidas pela Banco BTG Pactual S.A, à reemissão das debêntures privadas emitidas pela Brasbunker Participações S.A e objeto de repactuação e aos juros remuneratórios das debêntures reemitidas.

As despesas financeiras referem-se à baixa por alienação com prejuízo de parte das debêntures privadas reemitidas pela Brasbunker Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, as receitas financeiras totalizaram R\$ 142.617 (R\$ 23.857 em 2015) e as despesas financeiras R\$ 3.113 (R\$ 21.677 em 2015).

## 17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2015
Base de cálculo	(37.661)	(104.555)
Resultado antes da tributação e participações	<u>(37.661)</u>	<u>(104.555)</u>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	-	-
(Inclusões)/ exclusões permanentes no cálculo da tributação	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Outras (inclusões)/exclusões permanentes	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	<u>(37.661)</u>	<u>(104.455)</u>

18. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

A administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

19. Transações sem efeito caixa

Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aquisição de investimento no montante de R\$ 236.114, sendo que R\$ 101.084 foi por meio de conversão de recebíveis. Esta transação não envolveu caixa, e, portanto, não está sendo refletida na demonstração do fluxo de caixa.

20. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.